

O mito da “generosidade” no contencioso Brasil-Bolívia do gás natural

IGOR FUSER

Resumo

O artigo avalia as interpretações predominantes no Brasil sobre o contencioso deflagrado pelo Decreto de Nacionalização dos Hidrocarbonetos na Bolívia, anunciado pelo presidente Evo Morales em 1º de maio de 2006. A decisão afetou os investimentos da Petrobrás naquele país e provocou a mais séria crise da política externa brasileira durante a primeira gestão presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006).

Palavras-chave: Brasil; Bolívia; Contencioso; Nacionalização dos Hidrocarbonetos.



The myth of “generosity” in the Brazil-Bolivia’s litigation of natural gas

Abstract

The article analyzes the hegemonic interpretations in Brazil on the conflict started by Bolivian president Evo Morales with his Hydrocarbons Nacionalization Decree, issued the 1st May 2006. This decision affected Petrobrás investments in Bolivia and provoked the most serious crisis in Brazilian foreign policy during the first presidential term of Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006).

Keywords: Brazil; Bolivia; Litigation; Nationalization of Hydrocarbons.

IGOR FUSER

Professor de Relações
Internacionais da Universidade
Federal do ABC.
igorfuser@gmail.com

RECEBIDO EM 12 DE JANEIRO DE 2014

APROVADO EM 23 DE MARÇO DE 2014

1 INTRODUÇÃO

Um traço comum dos países que integram o grupo BRICS é sua posição de primazia regional. Na América do Sul, o Brasil sobressai, entre outros fatores, pelo peso da sua economia (mais da metade do PIB sul-americano) e pela pujança da sua indústria e agropecuária (apesar do relativo declínio do setor industrial a partir da década de 1990). A desproporção entre a capacidade econômica do Brasil e a dos demais países sul-americanos, relações do Brasil com os vizinhos, necessariamente, desiguais – ou assimétricas, como admite a diplomacia de Brasília –, o que torna extremamente complicados os processos de integração regional que se proponham a transcender o âmbito puramente comercial.

Desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o Brasil vem mantendo uma relação contraditória com seus vizinhos sul-americanos. No campo político, o governo brasileiro assume papel de realce em um conjunto de ações voltadas para a ampliação da autonomia da região, tais como a criação da União das Nações da América do Sul (Unasul) e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). A diplomacia de Lula e da sua sucessora, Dilma Rousseff, deu apoio político aos governos de esquerda na Bolívia e na Venezuela em momentos críticos. Do mesmo modo, a posição brasileira foi decisiva para o arquivamento do projeto estadunidense da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na reunião de cúpula hemisférica de Mar del Plata, em 2005. No campo econômico, em contrapartida, destaca-se o papel da diplomacia de Brasília na promoção dos investimentos de empresas brasileiras nos países vizinhos. O aumento da influência política do Brasil na América do Sul a partir de 2003 coincidiu com uma expansão extraordinária dos negócios de empresas brasileiras na região. Essas empresas, concentradas em setores como hidrocarbonetos, minérios, agropecuária e construção civil, operam com o horizonte capitalista da maximização dos lucros, sem levar em conta as necessidades do desenvolvimento econômico e social dos países onde se instalam. Isso implica possibilidade de conflitos entre os interesses dos investidores brasileiros e os de governos e/ou outros atores locais, como de fato já ocorreu em diversos

momentos. Entre esses episódios, o mais importante, tanto pelo impacto político quanto pela dimensão dos interesses em jogo, foi o contencioso que envolveu os investimentos da empresa brasileira Petrobrás na Bolívia, colocando em tensão dois objetivos prioritários da política externa de Brasília para a região: a internacionalização das empresas com sede no Brasil (não necessariamente de capital brasileiro) e a busca de uma posição de hegemonia regional que fortaleça a reivindicação do Brasil a um *status* de “potência” no cenário global.

Em 1º de maio de 2006, cinco meses após sua posse, o presidente boliviano Evo Morales anunciou a “nacionalização” do petróleo e do gás natural, modificando as regras jurídicas para esse setor – o mais importante da economia do país –, que estava sob o controle de empresas estrangeiras, entre elas a Petrobrás. Com essa medida, Morales cumpriu seu principal compromisso na campanha que o levou à vitória nas urnas, em novembro do ano anterior, e criou condições financeiras para uma gestão presidencial marcada pela recuperação econômica do país, pelo aumento da capacidade do Estado em controlar a exploração dos recursos naturais e pela significativa melhora das condições de vida da maioria dos bolivianos.

A notícia da “nacionalização” do gás boliviano repercutiu com muita intensidade no Brasil, o que se explica pelos fortes laços existentes entre os dois países no campo da energia. Na ocasião, 50% do fornecimento de gás natural no Brasil eram obtidos das reservas bolivianas exploradas pela Petrobrás (e seus sócios, a empresa francesa Total e a espanhola Repsol) e transportados pelo gasoduto entre os dois países, em sua maior parte também de propriedade da Petrobrás.¹ A “nacionalização” de Morales atingiu diretamente os interesses da empresa, que foi obrigada a renegociar os contratos vigentes desde a década de 1990, reduzindo significativamente suas margens de lucro, e optou por vender ao governo boliviano sua participação acionária nas duas refinarias de petróleo existentes naquele país, diante da decisão do governo

1 O gás natural representava, na época, cerca de 20% da matriz energética brasileira.

boliviano de se tornar acionista majoritário nessas empresas, até então controladas pela Petrobrás . A participação da Petrobrás na receita gerada pela exploração do gás natural boliviano caiu de 82% para algo em torno de 30% a 35%, o que ainda assim é considerado uma margem de lucro vantajosa do ponto de vista comercial, conforme explicou o assessor da presidência da Petrobrás, André Ghirardi (PETROBRÁS, 2006; GHIRARDI, 2011).

No Brasil, o Decreto de Nacionalização provocou uma reação estridente e agressiva de expressivos atores sociais, especialmente a mídia, líderes empresariais, ex-diplomatas e os partidos políticos de oposição ao presidente Luiz Inacio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Esses setores trataram a medida como um ato de hostilidade ao Brasil, cobraram do governo de Brasília medidas de retaliação e, diante da decisão de abrir negociações com a Bolívia em lugar de uma linha de confronto, acusaram Lula de adotar uma conduta frouxa no episódio, em prejuízo dos “interesses nacionais” brasileiros. Essa interpretação se incorporou, desde então, ao repertório da oposição conservadora em seus ataques à política externa brasileira, atribuindo-se a Lula e sua sucessora, Dilma Rousseff, uma tendência à “generosidade” (termo utilizado, evidentemente, em um sentido irônico) em relação aos governantes de países vizinhos com orientação “progressista” ou “esquerdistas”, em prejuízo dos interesses do país. Um dos mais influentes entre os críticos da política externa das gestões petistas, o ex-embaixador Rubens Barbosa, cunhou a expressão “diplomacia da generosidade”, que ele define e condena nos seguintes termos:

[...] o Brasil tem perdoado dívidas (Bolívia), feito doações (Paraguai) e concessões importantes, como no caso da expropriação *manu militari* de duas refinarias da Petrobrás , com o descumprimento de tratados, acordos e contratos, sem qualquer protesto ou reação. [...] Afinidades ideológicas e partidárias não podem justificar atitudes que se apresentem como generosas, se essas ações forem contra interesses concretos do Estado e do povo brasileiro (BARBOSA, 2008, p. A2).

No campo governista, a resposta óbvia – de que os interesses nacionais estavam sendo plenamente defendidos – veio acompanhada de uma interpretação que situa o episódio nos marcos de uma política externa realizada com base na solidariedade com os

demais países sul-americanos, especialmente os mais "pobres" e "menos desenvolvidos". A solidariedade é apresentada como indispensável ao sucesso da integração regional. Em seu discurso de posse como ministro das Relações Exteriores, em janeiro de 2003, Celso Amorim se referiu à ideia de

uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera [como] um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar (AMORIM, 2010, p. 49).

Marco Aurélio Garcia, assessor presidencial para relações exteriores nos governos de Lula e Dilma, definiu a questão com particular clareza:

O Brasil [...] não quer ser um país próspero em meio a um conjunto de países pobres e desesperançados quanto a seu futuro. A altivez não é incompatível com a solidariedade. E a solidariedade também serve ao interesse nacional, que muitos invocam sem efetivamente compreender o que venha a ser (GARCIA, 2010, p. 164).

Fato raro num país onde o interesse pelos assuntos de política externa geralmente se limita a um círculo restrito de especialistas, o contencioso Brasil-Bolívia acabou por se tornar um dos temas do debate público entre os candidatos às eleições presidenciais de 2006 – o próprio Lula, que pleiteou e conseguiu sua reeleição, e seu opositor Geraldo Alckmin. A questão ressurgiu em 2010, por ocasião da campanha presidencial de Dilma Rousseff.

As interpretações opostas sobre o mesmo episódio fazem sentido no contexto da intensa disputa política e ideológica que marca a cena brasileira a partir de 2003, quando Lula iniciou seu primeiro mandato presidencial. Ambos os pontos de vista, no entanto, estão baseados na mesma premissa: a de que a conduta dos atores brasileiros se pautou pela "generosidade" – encarada num sentido negativo por uns, e positivo por outros. No seu discurso, o governo brasileiro e seus opositores compartilham a ideia de que essa postura, supostamente solidária, não foi compreendida (e retribuída) de forma adequada pelos atores estatais e não estatais bolivianos envolvidos no conflito em torno dos investimentos em petróleo e gás na Bolívia.

Uma análise objetiva do episódio permite concluir que a “generosidade” brasileira é um mito. E mais: que os interesses da Petrobrás (identificados, erroneamente, com os interesses da sociedade brasileira no seu conjunto) foram defendidos pelo governo de Brasília no limite do que considerava possível, sem a disposição de fazer concessões em favor do desenvolvimento econômico e social do país vizinho. Manifestou-se aí uma clara contradição entre o discurso de solidariedade regional do governo Lula e uma prática exclusivista, voltada para a maximização dos lucros da empresa petrolífera brasileira² e para o fortalecimento dos recursos de poder do Brasil. Para se chegar a esse entendimento, é necessário abordar os fatos em seu contexto histórico, sem se restringir – como faz a maioria dos analistas – aos acontecimentos desencadeados pelo decreto de 1º de maio de 2006.

2 AS REFORMAS NEOLIBERAIS E O INGRESSO DA PETROBRÁS NA BOLÍVIA

A Petrobrás ingressou na Bolívia na década de 1990, em um cenário político e econômico marcado pela aplicação de políticas neoliberais nos dois lados da fronteira. Tanto a construção do gasoduto Bolívia-Brasil quanto a expansão das atividades da Petrobrás na exploração, produção e refino de hidrocarbonetos na Bolívia só ocorreram em virtude da função que esses empreendimentos desempenhavam no contexto das reformas estruturais definidas a partir de fora da América do Sul, por empresas e governos estrangeiros e agências multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como observado, a Petrobrás foi beneficiária direta desse processo, ao obter o controle dos dois maiores campos de gás natural bolivianos, San Alberto e San Antonio, em 1996. Em contrapartida, foi obrigada a fazer imensos investimentos, que só se realizaram porque o governo

2 Em 2006, o Estado brasileiro possuía apenas 40% das ações da Petrobrás, dividindo-se os outros 60% entre investidores privados brasileiros e estrangeiros. Na atualidade, a participação estatal é de aproximadamente 48%, permanecendo 52% das ações em mãos privadas. A União (governo federal) mantém o pleno controle das ações que conferem poder sobre as decisões da empresa, cuja diretoria é nomeada pela Presidência da República.

da época, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), subordinou toda a política energética brasileira aos interesses do capitalismo global.

Tratava-se, naquela conjuntura, de viabilizar a implantação de uma rede de usinas térmicas no Brasil, alterando-se a matriz energética do país, articulada até então com base na centralidade das usinas hidrelétricas. O recurso ao gás boliviano estava diretamente relacionado a esse projeto, que correspondia aos interesses das empresas transnacionais ligadas à geração de energia em usinas termelétricas (SAUER, 2002). O resultado foi um grande fracasso, que se refletiu nos "apagões" do segundo mandato de Cardoso e obrigou o governo federal a assumir diretamente a maior parte dos custos das poucas termelétricas a entrarem efetivamente em funcionamento (LEITE, 2007). A alternativa encontrada para o aproveitamento do gás boliviano foi sua utilização como combustível industrial, sobretudo no Estado de São Paulo, onde esse insumo até hoje abastece as indústrias de cerâmica e de vidro, entre outras. No lado boliviano, o Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) foi defendido pelos agentes do capitalismo transnacional como um meio de atrair investidores para a privatização da companhia estatal de hidrocarbonetos, Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), a maior empresa do país, ocorrida no primeiro mandato presidencial de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997). Para viabilizar o negócio, era indispensável a existência de um mercado seguro para o gás boliviano – o mercado brasileiro.

Nesse contexto, explicam-se as imensas vantagens concedidas pelo governo boliviano à Petrobrás no período neoliberal. A privatização da YPFB abriu espaço para o controle do setor por companhias estrangeiras. Enquanto empresas europeias e estadunidenses (Total, Repsol, Shell, BG, Enron, entre outras) se tornaram donas do patrimônio alienado pela YPFB, a Petrobrás recebeu os direitos de exploração dos gigantescos campos gasíferos de San Alberto e San Antonio, oficialmente classificados como "novos",

com vantagens fiscais daí decorrentes, embora na realidade o volume das suas reservas já fosse conhecido.³

A YPFB foi privatizada em 1994, a entrega dos campos de San Alberto e San Antonio à Petrobrás se deu em 1996⁴ e o gasoduto foi inaugurado em 1999. Naquele período, a sociedade boliviana permaneceu passiva diante de decisões que eliminaram todos os traços de uma política energética historicamente marcada pelo nacionalismo. No entanto, desde o início da década de 2000, quando a catástrofe econômica e social provocada pelo modelo neoliberal se tornou evidente, um movimento social cada vez mais amplo e assertivo colocou na agenda nacional boliviana a denúncia dos termos desiguais em que foram definidos os contratos com as empresas estrangeiras. A bandeira da nacionalização dos hidrocarbonetos se inseriu no cenário político com força crescente.

A conduta brasileira em relação ao nacionalismo popular boliviano na primeira metade da década de 2000 lança luz sobre a natureza ambígua e contraditória da política regional de Brasília. Ninguém falou tanto na necessidade de superar as chamadas assimetrias (desigualdades econômicas) entre os países sul-americanos quanto os formuladores brasileiros de política externa no governo Lula (GUIMARÃES, 2006). No entanto, quando os bolivianos – por meio de movimentos sociais, inicialmente, e do governo Morales, a partir de 2006 – adotaram atitudes concretas no intuito de reduzir as assimetrias, as autoridades brasileiras (nas gestões lideradas pelo PT) encararam essas atitudes como um problema e, em certa medida, como um atentado contra os interesses brasileiros.

3 A regra fiscal que permitia a apropriação de 82% da receita dos hidrocarbonetos pelas empresas concessionárias se aplicava apenas aos campos de exploração considerados “novos”, em contraposição às reservas “existentes”, ou seja, já conhecidas antes da assinatura dos contratos. A classificação dos campos entregues à Petrobrás como “novos” se deu de uma forma claramente fraudulenta, provocando indignação na sociedade boliviana (VILLEGAS, 2004).

4 Nesse ano se criou a empresa Petrobrás Bolívia, com sede em Santa Cruz de la Sierra.

3 "PROTEÇÃO AOS INVESTIMENTOS" EM MEIO À GUERRA DO GÁS

O Decreto de Nacionalização "Heróis do Chaco"⁵ foi precedido por um longo ciclo de mobilizações sociais na Bolívia. O principal marco nesse processo foi a Guerra do Gás, como ficou conhecida a insurreição popular que depôs o presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (então em um segundo mandato), em outubro de 2003, e colocou no topo da agenda política a demanda da revogação das regras ultraliberais que marcaram o ingresso da Petrobrás e outras empresas estrangeiras na exploração dos recursos energéticos bolivianos. Todo o esforço da diplomacia de Brasília nos quase três anos que se seguiram esteve voltado para a manutenção de um *status quo* que favorecia os interesses da Petrobrás e da indústria brasileira, consumidora do gás (barato) importado do país vizinho, uma situação que a maioria dos bolivianos considerava inaceitável. Os atores brasileiros – diplomatas, gestores da Petrobrás e integrantes do primeiro escalão do governo Lula, como a então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff – utilizaram a assimetria de recursos econômicos como instrumento de pressão em favor do que entendiam serem os interesses brasileiros no gás boliviano. Em nome da "proteção dos investimentos" (uma expressão típica do discurso neoliberal), chegaram a cancelar importantes projetos de cooperação com a Bolívia⁶ como meio de pressionar o presidente Carlos Mesa, sucessor de Sánchez de Lozada, para impedir medidas tidas como prejudiciais à Petrobrás.

O sentimento popular contra a pilhagem dos hidrocarbonetos bolivianos por empresas estrangeiras começou a ganhar expressão logo após a posse presidencial de Sánchez de Lozada, em agosto de 2002, com a criação da Coordenadoria Nacional para

5 Referência à Guerra do Chaco (1932-1935), entre Bolívia e Paraguai, travada em torno do controle de um território no qual se acreditava existirem grandes reservas de petróleo.

6 No início do governo Lula, o Brasil se dispôs a contruir um complexo industrial para a produção petroquímica na região de fronteira entre os dois países e manifestou a intenção de duplicar a capacidade do gasoduto, a fim de atender à crescente demanda brasileira.

La Defensa y Recuperación del Gas (CNDRG).⁷ Esta foi formada inicialmente por 21 organizações sociais, sob o comando de Evo Morales e de Filemón Escobar, um veterano sindicalista de origem trotskista, eleito em 2002 senador pelo Movimiento al Socialismo (MAS), o mesmo partido de Morales. As primeiras manifestações organizadas por esse fórum de entidades tinham como foco o combate ao projeto de construção de um gasoduto para a exportação de gás para a América do Norte, atravessando territórios outrora bolivianos que foram tomados pelo Chile na Guerra do Pacífico (1879-1883). A campanha ganhou impulso a partir de fevereiro de 2003, quando a palavra de ordem “*el gas no se vende*” obteve destaque nos protestos contra a elevação dos impostos pelo governo de Sánchez de Lozada para atender a exigências do FMI – o episódio conhecido como “*Impuestazo*”.

Em 2003, as manifestações pela “defesa do gás” se tornaram frequentes, agregando esse tema a outras campanhas, como a luta contra a erradicação dos cultivos de coca e a demanda da convocação de uma Assembleia Constituinte para “refundar” a Bolívia, transferindo o poder da elite branca minoritária para a maioria da população, predominantemente indígena. Em outubro, quando a morte de manifestantes indígenas por forças militares deflagrou o grande levante contra o governo, o tema da nacionalização do gás se tornou o grande catalisador da insatisfação popular. Os movimentos agrupados na CNDRG adotaram, então, quatro reivindicações que ficaram conhecidas como a “Agenda de Outubro”: 1) o controle da indústria dos hidrocarbonetos pelo governo; 2) a adoção de um programa de industrialização do gás; 3) a revisão das leis sobre hidrocarbonetos seguidas nos marcos das reformas neoliberais; e 4) a realização de um referendo sobre a exportação do gás (GORDON; LUOMA, 2008).

O confronto entre os manifestantes – que chegaram a somar 300 mil, no centro de La Paz – e as forças de repressão culminou, em 17 de outubro de 2003, com a renúncia de Sánchez de

7 Essa entidade se inspirava no antecedente da Coordinadoría para la Defensa del Agua en Cochabamba, que liderou a luta vitoriosa contra a privatização dos serviços públicos de água e esgoto naquela cidade, em 2000.

Lozada, que fugiu para os Estados Unidos e foi sucedido pelo seu vice, Carlos Mesa. Na solenidade de posse, Mesa se comprometeu a convocar uma Constituinte e a rever a Lei de Hidrocarbonetos, elevando os impostos e *royalties* sobre os principais campos de petróleo e gás natural de 18% para 50% (KOHL; FARTHING, 2007). No entanto, o novo presidente logo se viu sob a pressão das empresas petroleiras (inclusive a Petrobrás), de governos estrangeiros (inclusive o brasileiro, já na gestão de Lula) e das instituições financeiras internacionais para que preservasse a orientação neoliberal no setor dos hidrocarbonetos. Mesa governou em meio a um fogo cruzado. De um lado, os movimentos sociais exigiam o cumprimento da Agenda de Outubro. Do outro, articulava-se a resistência de um bloco conservador que rejeitava qualquer medida nacionalista.

A pressão do FMI sobre Mesa visava garantir a vigência dos contratos sobre hidrocarbonetos e forçar o governo boliviano a agir rapidamente para ampliar as exportações de gás com a construção do gasoduto até o Chile. Ao mesmo tempo, a cobrança pelo pagamento da dívida externa boliviana continuava a ser uma prioridade das instituições financeiras internacionais. Tais exigências reduziram a capacidade do governo de amenizar os efeitos sociais da crise econômica. Em junho de 2005, 28% do Produto Interno Bruto (PIB) foram destinados ao pagamento da dívida externa. O FMI e o Banco Mundial advertiram reiteradamente que o governo boliviano, altamente dependente de ajuda externa, perderia apoio se nacionalizasse o gás ou adotasse qualquer outra medida contrária aos investidores estrangeiros ou aos acordos de liberalização comercial.

Nos primeiros meses do novo governo, o Brasil se mostrou disposto a apresentar uma "agenda positiva" nas suas relações com a Bolívia. Entre as iniciativas brasileiras, destacava-se o apoio ao projeto de construção de um polo gás-químico em Puerto Suárez, na fronteira com o Brasil, de modo a atender ao anseio boliviano pela agregação de valor ao gás natural – a sonhada "industrialização" do gás. O projeto, com investimentos em torno de US\$ 1,5 bilhão, teria como objetivo a produção de polímeros, combustíveis líquidos e fertilizantes, a serem exportados para o Brasil. Nos bastidores, os executivos da Petrobrás e os diplomatas

brasileiros se dedicaram a um trabalho de *lobby*, discreto e intenso, junto ao Ministério dos Hidrocarbonetos e ao próprio Mesa, com a finalidade de manter inalteradas as regras do jogo. Essa atividade se coordenava com a campanha de propaganda midiática movida pela Cámara Boliviana de Hidrocarburos (CBH),⁸ com sede em Santa Cruz, para convencer os congressistas e a opinião pública de que a adoção de medidas contrárias aos interesses das empresas petroleiras causaria danos graves à economia boliviana. De acordo com a imprensa boliviana, Mesa negociou no início de 2004 com os representantes das petroleiras os termos da nova Lei de Hidrocarbonetos a ser enviada à apreciação do Congresso. Durante todo o período transcorrido entre a posse de Mesa e a aprovação pelos congressistas de uma Lei de Hidrocarbonetos claramente nacionalista, em março de 2005, as esperanças da Petrobrás estiveram depositadas no presidente boliviano e em suas hesitantes manobras.

4 INTERVENÇÃO NOS ASSUNTOS BOLIVIANOS, EM DEFESA DO STATUS QUO

O referendo sobre o assunto, em 19 de julho de 2004, teve como resultado a manifestação da ampla maioria dos eleitores bolivianos por algum tipo de nacionalização dos hidrocarbonetos, mas sem especificar o alcance dessa medida e os meios pelos quais ela seria implementada. Nos meses que antecederam a consulta popular, a Embaixada brasileira e a Petrobrás mantiveram encontros frequentes com as principais lideranças políticas da Bolívia para discutir a política energética do país, conforme revelou o diplomata Pedro Miguel da Costa Silva, que na época trabalhava na representação brasileira em La Paz (SILVA, 2011). Com base nesses contatos, os agentes brasileiros chegaram à conclusão de que seria inevitável a adoção de medidas nacionalistas pelo governo boliviano, em prejuízo das transnacionais petroleiras e do que entendiam serem os interesses do Brasil. Essa avaliação os levou a endurecer o discurso, na crença de

8 A Petrobrás Bolívia é afiliada a essa entidade.

que apenas as conversas de bastidores seriam insuficientes para produzir os resultados desejados.

No dia 16 de julho de 2004, véspera do referendo, o embaixador do Brasil em La Paz, Antonino Mena Gonçalves, advertiu que uma elevação da cobrança de *royalties* para 50% seria considerada inaceitável pela empresa brasileira (EL DIARIO, 2004). Essa declaração assinalou uma mudança do discurso brasileiro, que a partir de então se distanciou do tom conciliador adotado no início do governo Mesa para assumir publicamente um tom de pressão.

O evento que mudou a percepção brasileira foi o bloqueio da capital boliviana, em janeiro de 2005, por indígenas aimarás que, sob a liderança de Felipe Quispe, reivindicavam a reestatização dos serviços de água e esgoto no departamento de La Paz. Mesa se recusou a utilizar a força militar para restabelecer a autoridade estatal e acabou por atender à demanda dos indígenas. O conflito terminou com a revogação do contrato. Isso convenceu os atores brasileiros de que o presidente boliviano não teria disposição ou força política para resistir às demandas dos movimentos sociais em relação aos hidrocarbonetos. A mudança da postura brasileira ficou evidente nas declarações do embaixador Antonino Mena Gonçalves, ao admitir, pela primeira vez, as pressões que o governo brasileiro vinha fazendo sobre o gabinete de Mesa e os congressistas bolivianos contra a adoção de uma lei que restringisse os lucros e a autonomia da Petrobrás. Um elemento central nesse discurso era definir qualquer medida que significasse alguma perda para a empresa como "confisco". No intervalo de uma reunião com o chanceler Celso Amorim em La Paz, o embaixador Gonçalves afirmou ao jornal *Valor Econômico*: "Se alguém investiu e é, de alguma maneira, confiscado, alguém tem de pagar por isso" (LEO, 2005).

A situação do governo Mesa começou a ficar insustentável em 16 de março de 2005, com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de um Projeto de Lei de Hidrocarbonetos com medidas bem mais restritivas às empresas petroleiras do que as previstas na versão que o presidente tinha enviado aos congressistas. Do ponto de vista da Petrobrás, o texto aprovado continha claros elementos confiscatórios e violava os compromissos vigentes com

as empresas petroleiras. Entre esses elementos se destacavam três: 1) mudança obrigatória do contrato no prazo de 180 dias; 2) aumento da carga impositiva total de 35% a 70%, dependendo dos volumes de hidrocarbonetos produzidos; e 3) perda, pelas empresas, do direito de comercializar livremente a produção.

Naqueles dias críticos do primeiro semestre de 2005, o Estado brasileiro e a Petrobrás mantiveram a linha de conduta praticada desde o início da crise, reagindo à radicalização política na Bolívia com o endurecimento crescente das suas posições, conforme se comprova ao se examinar a cronologia do confronto político boliviano e das reações dos atores brasileiros. No dia 31 de março, a então ministra Dilma Rousseff elevou o tom do discurso brasileiro ao afirmar, pela primeira vez, que a aprovação da Lei de Hidrocarbonetos em discussão na Bolívia, com elevação da cobrança dos *royalties* para uma média de 50%, provocaria o fim dos investimentos brasileiros naquele país. “Esperamos que essa situação ainda se reverta e que esse tributo não seja aprovado. Se for, torna inviáveis novos investimentos na Bolívia. [...] Há incertezas e isso impossibilita a continuidade do investimento”, advertiu Rousseff, conforme notícia publicada em *O Estado de S. Paulo* de 31 de março de 2005 (LIMA, 2005). Até então, a Petrobrás e o governo brasileiro haviam apenas manifestado “preocupação” com aquela lei.

José Eduardo Dutra, presidente da Petrobrás, foi ainda mais explícito ao condicionar a implantação do prometido complexo gás-químico binacional à adoção de mudanças no projeto boliviano da Lei de Hidrocarbonetos, de modo a não prejudicar os interesses da empresa brasileira. Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos dos Senado da Bolívia, Dutra (que mais tarde exerceu o cargo de presidente do PT, em 2011-2012) reiterou a ameaça de cancelar o apoio brasileiro ao projeto da indústria de beneficiamento do gás, a menos que o Congresso boliviano adotasse níveis de tributação “mais aceitáveis” para as petroleiras estrangeiras. “Nossa esperança é que os bolivianos alcancem um equilíbrio entre os interesses da sua população, garantindo um retorno justo para a exploração de suas reservas de hidrocarbonetos, e os interesses dos investidores”, disse aos congressistas em La Paz (EL DIARIO, 2005).

Apesar das advertências brasileiras, o Congresso boliviano aprovou uma nova Lei Geral de Hidrocarbonetos que determinava a renegociação dos contratos em 180 dias e estabelecia uma taxa adicional de 32%, o *Impuesto Directo a los Hidrocarburos* (IDH), além dos *royalties* já existentes de 18%, totalizando uma carga tributária de 50% sobre o valor bruto da produção. Na realidade, tratava-se de uma lei bastante moderada, muito distante da experiência histórica das nacionalizações em outros países produtores de petróleo ou mesmo na Bolívia em 1936 e 1969, quando os empreendimentos estrangeiros foram expropriados. Mesa utilizou diversas manobras para encontrar um meio de reescrever a Lei dos Hidrocarbonetos de modo a torná-la mais palatável às empresas estrangeiras. Em desafio aos trâmites constitucionais, manteve o documento em suas mãos pelo máximo tempo possível. Nem assinou nem vetou o novo texto legal, até que, por decurso de prazo, a decisão foi transferida para o presidente do Senado, Hormando Vaca Díez, que finalmente deu validade jurídica à Lei Geral de Hidrocarbonetos 3.058, no dia 17 de maio de 2005, sem o apoio do presidente da República. A recusa de Mesa em aplicar a Lei de Hidrocarbonetos recém-aprovada por um Congresso de maioria conservadora reacendeu a revolta popular, o que, somado ao impasse entre o presidente e os congressistas, acabou por levá-lo à renúncia, abrindo caminho para a antecipação das eleições, com a ascensão de Evo Morales à presidência.

5 DA "NACIONALIZAÇÃO INTELIGENTE" À RENEGOCIAÇÃO DOS CONTRATOS

A vitória de Morales nas eleições de 19 de dezembro de 2005, por 53,7% dos votos, a mais alta margem de apoio obtida por qualquer presidente na história da Bolívia, foi uma inequívoca manifestação do desejo da maioria dos bolivianos de mudanças profundas na condução da política e da economia. A nacionalização dos hidrocarbonetos foi o tema mais importante na campanha do MAS, que defendeu uma "nacionalização inteligente", ou seja, a recuperação do controle estatal sobre os hidrocarbonetos, a reconstrução da YPFB e a mudança dos contratos com as petrolíferas transnacionais para torná-los mais favoráveis aos interesses

bolivianos, mas sem expulsar essas empresas nem confiscar suas propriedades. O discurso incorporava as bandeiras das insurreições populares de 2003 e 2005, prometendo dar um fim ao modelo neoliberal e à pilhagem dos recursos da Bolívia.

No período de seis meses entre a eleição de Morales e o Decreto de Nacionalização, os atores políticos brasileiros – Petrobrás e governo Lula – mantiveram a expectativa de ser possível evitar que o novo governo adotasse medidas que afetassem os lucros da empresa brasileira. O já citado diplomata Pedro Miguel da Costa Silva, que após seu período de atuação na Embaixada do Brasil em La Paz integrou a equipe de assessores presidenciais comandada por Marco Aurélio Garcia, afirmou num debate público, menos de dois meses antes da nacionalização boliviana, que o governo brasileiro esperava do novo presidente boliviano a abertura de uma negociação para o novo marco jurídico dos hidrocarbonetos na Bolívia (JOBIM, 2006). Consoante se supunha, em nome das boas relações entre os dois governos, os novos dirigentes bolivianos livrariam a Petrobrás dos efeitos mais duros da nova legislação para o setor do petróleo e do gás natural. Vã expectativa, como se percebeu depois. Morales estava, de fato, disposto a cumprir os compromissos assumidos com seus eleitores.

Porém o presidente, tal como prometera em campanha, não confiscou os ativos das empresas estrangeiras. O foco da “nacionalização” nos termos do Decreto Supremo 28.701 é a revisão dos contratos com as transnacionais, e não sua expulsão. O conteúdo das medidas pode ser resumido em quatro tópicos:

- 1) reafirmar a propriedade estatal sobre o petróleo e o gás natural, conforme estipula a Constituição;
- 2) aumentar as receitas fiscais do Estado mediante a renegociação dos contratos com as empresas estrangeiras;
- 3) estabelecer o protagonismo estatal no setor de hidrocarbonetos com a recuperação, por meio da YPFB, do controle acionário sobre os ativos das empresas “capitalizadas” durante o período neoliberal;
- 4) criar as bases para uma política de industrialização que permita à Bolívia transformar o seu gás natural em produtos de maior valor agregado, como fertilizantes e plásticos.

Se o conteúdo do decreto dificilmente pode ser considerado uma surpresa, pois corresponde ao programa do MAS e às declarações das mais altas autoridades bolivianas desde a posse de Morales, o seu *timing*, sem dúvida, pegou desprevenidos os governos e empresas estrangeiras afetados pela medida. A resposta mais dura partiu do presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, que se mostrou indignado com a decisão boliviana. "O governo da Bolívia tomou medidas unilaterais, de forma não amistosa, que nos obrigam a reagir", afirmou ao jornal *Folha de S.Paulo* (SOARES, 2006). Ressaltando que sua "principal preocupação é sempre garantir o fornecimento de gás ao Brasil", Gabrielli deixou claro que a empresa não descartava a possibilidade de ir à Justiça para assegurar o direito de propriedade dos campos e dos ativos na Bolívia. É o que defendia a oposição conservadora (LAMPREIA, 2006).

Realmente, o governo Lula não "falou grosso"⁹ contra a Bolívia em sua reação ao decreto de 2006. Não apelou à Justiça internacional, como sugeriu a oposição e a própria diretoria da Petrobrás, e aceitou, depois de alguma demora e sem disfarçar que o fazia a contragosto, a proposta de Morales de negociar os novos contratos com as empresas, no prazo de seis meses. "A política brasileira nunca será do porrete, será sempre a da boa vizinhança", disse Amorim à revista *Carta Capital* (DIAS, 2006).¹⁰ O comportamento de Brasília foi cuidadosamente calculado, levando em conta fatores que apontavam em diversas direções. De um lado, havia o risco de o episódio do gás boliviano causar sério desgaste ao governo a menos de seis meses de uma eleição que se prenunciava difícil, com um presidente em busca de um novo mandato em meio a uma saraivada de denúncias de corrupção, envolvendo integrantes do governo e altos dirigentes do PT. Por isso, era necessário sinalizar "firmeza" e neutralizar as acusações, incan-

9 O famoso cantor e compositor Chico Buarque havia destacado aquela que considerava uma das maiores virtudes da gestão de Lula. "É um governo que não fala fino com os Estados Unidos nem grosso com a Bolívia".

10 Ele se referia à política externa do "Big Stick" ("O Porrete Grande"), símbolo da truculência dos Estados Unidos nas suas relações com a América Latina, na década de 1910, e à diplomacia da "Boa Vizinhança", com ênfase na cooperação, adotada pelo governo estadunidense na década de 1930.

savelmente repetidas pela mídia oposicionista, segundo as quais o governo agia com a Bolívia de forma condescendente, em prejuízo dos interesses nacionais. Na falta de uma política de comunicação eficaz da parte do governo, as grandes empresas jornalísticas conseguiram convencer a opinião pública de que o patrimônio da Petrobrás teria sido “confiscado” pelo governo boliviano, o que era uma grande mentira. Por outro lado, Lula e seus diplomatas precisavam zelar pela imagem do Brasil perante os governos e a opinião pública dos países vizinhos. Uma atitude agressiva em relação à Bolívia nesse episódio colocaria em perigo o projeto da integração regional e reavivaria as suspeitas, sempre presentes, de que o Brasil se comporta na região como uma potência “subimperialista”.

A campanha para as eleições de outubro de 2006 no Brasil tornou a situação do governo ainda mais complicada, porquanto um impasse nas negociações com a Bolívia introduziria na cena política o risco (real ou fictício) de um “apagão”, ou seja, transtornos no fornecimento de energia por conta de um eventual corte no fornecimento do gás boliviano. Ainda que o governo de Morales não tivesse, em momento algum, sequer insinuado algo nesse sentido, a simples percepção de que as negociações com a Bolívia corriam perigo de colapso já seria suficiente para que a oposição brasileira agitasse o fantasma da crise energética.

Para sorte do governo brasileiro, as negociações transcorreram de modo discreto e, no dia 28 de outubro de 2006, ao final do prazo de seis meses determinado pelo Decreto Supremo 28.701, foram anunciados os novos contratos entre a YPFB e as multinacionais petroleiras. O resultado da negociação expressou um compromisso no qual as duas partes puderam contabilizar benefícios importantes. Assim, a Petrobrás garantiu sua posição como operadora dos dois principais campos exportadores de gás natural da Bolívia e manteve uma rentabilidade em torno de 30%. Essa margem é considerada perfeitamente razoável, pois gera recursos suficientes para o financiamento das operações da empresa em território boliviano e mais uma taxa de retorno superior ao custo do capital (PETROBRÁS, 2006). Já a Bolívia ampliou enormemente sua parcela na apropriação da renda petroleira e reafirmou a propriedade

estatal sobre os hidrocarbonetos em todas as etapas da cadeia produtiva, nos termos do Decreto de Nacionalização. Para decepção dos que apostavam em uma nova crise política entre o Brasil e Bolívia, os termos ali definidos foram considerados satisfatórios por ambas as partes, e o mesmo ocorreu com as demais companhias petrolíferas estrangeiras, que também optaram por manter sua presença na Bolívia. Mais ainda, a Petrobrás conseguiu a garantia do fornecimento de gás para o mercado brasileiro pelo período de mais trinta anos, o tempo de duração do contrato.

Na prática, os novos contratos só começaram a ser aplicados em 3 de maio de 2007, quando foram submetidos ao Congresso Nacional, em La Paz, e aprovados por unanimidade. Àquela altura, os efeitos positivos do Decreto de Nacionalização já se faziam sentir de modo incontestável, na forma de um aumento dramático na arrecadação fiscal sobre a maior riqueza da Bolívia, os hidrocarbonetos. No ano de 2006, a renda obtida pelo país com a exportação de petróleo e (principalmente) gás natural atingiu quase 1,3 bilhão de dólares, mais do que o dobro da receita obtida no ano anterior, de 608 milhões de dólares.¹¹

O aumento espetacular da receita fiscal gerada pela indústria dos hidrocarbonetos, somado à reestatização das principais empresas que haviam sido privatizadas nas gestões neoliberais, propiciou à Bolívia excelentes indicadores macroeconômicos no primeiro mandato presidencial de Morales. Em cifras absolutas, o

11 Desse total, a maior parte, US\$ 685 milhões, correspondeu à cobrança do *Impuesto Directo de Hidrocarburos* (IDH), aplicado às empresas petrolíferas multinacionais a partir da vigência da Lei nº 3.058, de 2005; e o restante proveio dos *royalties* e participações e do aporte da YPFB, que recebeu US\$ 220 milhões pelos 32% de "participação adicional" que o Decreto Supremo 28.701 impôs às empresas que exploram os megacampos de San Alberto e San Antonio – Petrobrás, Repsol-YPF e TotalFinaElf. Antes da adoção de políticas nacionalistas, o Estado boliviano recebia uma média de US\$300 milhões anuais como receita dos hidrocarbonetos. Em 2008, com o aumento dos preços internacionais do petróleo (o que afeta diretamente o valor do gás) e a plena vigência dos novos contratos, a receita boliviana ultrapassou US\$ 1,6 bilhão (WEISBROT; RAY; JOHNSTON, 2009). Essas cifras significam, mais do que tudo, a reversão de um dos problemas mais graves da economia neoliberal, a alienação dos excedentes produzidos pela indústria dos hidrocarbonetos, de tal maneira que a maior parte da riqueza gerada na Bolívia acabava por gerar benefícios no exterior.

PIB chegou a 19 bilhões de dólares e o PIB *per capita* pulou de 876 dólares em 2005 para 1.671 em 2009 (BARROS, 2010).

Mais importante é verificar que o bom desempenho macroeconômico foi acompanhado por melhorias significativas na distribuição de renda, na redução da pobreza e na elevação do padrão de vida da população em geral. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a pobreza extrema na Bolívia caiu de 68,2% em 2003 para 28% em 2010. No mesmo período, a Bolívia foi declarada pela Unesco como um “país livre do analfabetismo”. Ademais, o coeficiente de Gini diminuiu de 0,60 em 2005 para 0,56 em 2007 (último dado disponível), enquanto a mortalidade infantil caiu de 75/1.000 em 2003 para 63/1.000 em 2008.

6 UM MITO CONVENIENTE PARA ATORES ANTAGÔNICOS

Segundo revela a análise do contexto em que se construiu a interdependência gasífera entre o Brasil e a Bolívia, o esquema neoliberal era totalmente funcional aos interesses da Petrobrás e da indústria brasileira em geral. Mais: a empresa petrolífera brasileira era parte integrante do modelo político-econômico neoliberal implantado na Bolívia, do qual se beneficiou mais do que qualquer outra companhia estrangeira, na medida em que adquiriu, em condições fiscais extremamente vantajosas, o controle dos dois maiores campos de gás natural no país vizinho. A Petrobrás e a diplomacia brasileira estavam convencidas da permanência do modelo neoliberal na Bolívia; subestimaram os sinais de deterioração da democracia elitista em vigor desde 1985; minimizaram as críticas ao “entreguismo”, que envolviam indiretamente a Petrobrás como beneficiária, junto com as demais empresas petroleiras estrangeiras, de um regime fiscal claramente desfavorável aos interesses nacionais da Bolívia. Quando os movimentos sociais entraram em cena, os atores brasileiros envolvidos nas relações econômicas bilaterais – executivos da Petrobrás, diplomatas e demais representantes do governo federal – se recusaram a encarar a rebelião indígena, camponesa e popular como uma vertente política de caráter democratizante, análoga, nesse sentido, ao impulso de

participação popular que, no Brasil, deu alento à ascensão do PT até a eleição presidencial de Lula.

Diante do nacionalismo popular boliviano e de um presidente (Carlos Mesa) hesitante entre cumprir seus compromissos com os movimentos populares e manter o apoio das elites conservadoras locais e das empresas estrangeiras, a Petrobrás e o governo brasileiro tomaram partido em favor do *status quo*, isto é, das forças e interesses conservadores. Essa atitude, movida pelo objetivo imediato da maximização dos lucros da Petrobrás e da garantia do abastecimento de gás natural a preços baixos para a indústria brasileira, entrou em contradição com o discurso diplomático de Brasília, que, tradicionalmente, atribui um interesse estratégico à estabilidade e à democracia na Bolívia. Porém em 2004-2005, já em pleno governo Lula, a conduta oficial brasileira não favorecia nem a estabilidade, porquanto contribuía para o acirramento dos conflitos sociais, nem a democracia, na medida em que a recusa do presidente Mesa a uma mudança efetiva no marco jurídico dos hidrocarbonetos – atitude integralmente apoiada pela diplomacia brasileira – significava um desrespeito à vontade popular expressa em referendo.

Cabe assinalar, aqui, o seguinte: a política brasileira em relação aos investimentos na Bolívia, favorável à manutenção das regras neoliberais, permaneceu inalterada na transição do governo de Cardoso para o de Lula. Em favor da política externa brasileira sob o comando petista, ressalte-se a posição firme em defesa das normas constitucionais nos dois episódios de renúncia presidencial (2003 e 2005) e, também mais tarde, em 2008, quando Morales enfrentou a rebelião direitista no leste do país (a chamada Meia-Lua). No entanto a cooperação do Brasil com o desenvolvimento industrial da Bolívia no setor de hidrocarbonetos foi suspensa definitivamente. O projeto de construção de um polo petroquímico no país vizinho segue em curso, mas com financiamento da China e da Coreia do Sul, enquanto o Brasil leva adiante a construção de um conjunto de fábricas semelhantes em diversos pontos do país, sem qualquer tipo de parceria com a Bolívia. Essa é uma realidade bem distante do cenário de integração produtiva "regional-desenvolvimentista" imaginado

por Marco Aurélio Garcia no artigo onde faz um balanço dos dez anos de política externa sob a condução do PT.

Do ponto de vista prático, a noção de generosidade permanece um mito, que paradoxalmente se mostra conveniente para os dois lados da disputa entre atores brasileiros em torno da política externa. Do lado governista, a ideia da solidariedade regional – embora no mundo real só tenha se materializado de forma pontual e limitada – é funcional para manter de pé a imagem de um Brasil comprometido com a superação das “assimetrias” entre os países sul-americanos e com um desenvolvimento regional com base na complementação produtiva. Belos sonhos, apenas, a menos que o cenário regional ingresse em um período de transformações radicais, o que implicaria uma mudança na correlação de forças entre os atores político-sociais brasileiros em benefício da esquerda. Já o discurso da oposição liberal-conservadora brasileira, em quase tudo divergente do ponto de vista de Brasília, concorda com seus adversários “lulo-petistas” em afirmar (em tom de denúncia) que está em curso uma “diplomacia da generosidade” – mas de caráter nocivo aos “interesses nacionais” e voltada para o apoio a regimes esquerdistas, como o da Bolívia, da Venezuela e de Cuba (MAGNOLI, 2013). A sabedoria de Evo Morales à frente do governo popular boliviano se manifestou em seguir seu próprio caminho, de forma soberana, sem contar com a “generosidade” de quem quer que seja.

O contencioso do gás natural é tido como “superado” pela diplomacia dos dois países, a ponto de a Petrobrás ter anunciado, em dezembro de 2012, a intenção de voltar a investir na prospecção de gás natural na Bolívia. Mas as razões de fundo que envolvem o episódio permanecem – a saber, a contradição entre o interesse político do Brasil em alicerçar sua hegemonia regional com base em relações cooperativas com os países vizinhos e a voracidade das suas empresas, cujo imediatismo na busca da maximização dos lucros tende a reproduzir situações de conflito que expõem claramente suas práticas predatórias. No contexto mais amplo dos BRICS, essa não é, certamente, uma contradição exclusiva do Brasil. Cada um dos cinco países do grupo lida com a complexidade das relações com os Estados menos poderosos que compõem

os respectivos entornos regionais. Estarão os BRICS dispostos a adotar práticas solidárias, capazes de impulsionar um efetivo desenvolvimento regional, ou reproduzirão a conduta imperialista das potências centrais do capitalismo? Na resposta a essa pergunta reside, em parte, a possibilidade do surgimento de uma ordem global em que as atuais desigualdades entre as nações sejam, ao menos de modo parcial e temporário, atenuadas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, C. **Discursos, palestras e artigos de Celso Amorim 2003-2010**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Consultas e Documentação, 2010.

BARBOSA, R. A diplomacia da generosidade. **O Estado de S. Paulo**, 15 de maio de 2008.

BARROS, P. S. O êxito boliviano durante a crise mundial de 2008-2009. **Boletim de Economia & Política Internacional**. Brasília: Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA), 2010.

DIAS, M. Não mandaremos os marines. **Carta Capital**, 15 de maio de 2006.

EL DIARIO. Brasil no pagará 50% de regalías petroleras al país. **El Diario**, La Paz, 16 de julho de 2004.

_____. Presidente: Petrobrás estudia debate sobre ley de hidrocarburos. **El Diario**, La Paz, 5 de abril de 2005.

GARCIA, M. A. O lugar do Brasil no mundo – A política externa em um momento de transição. In: GARCIA, M. A.; SADER, E. (Orgs.). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 153-176.

_____. Dez anos de política externa. In: SADER, E. (Org.). **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil – Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 53-68.

GHIRARDI, A. **Entrevista** pessoal realizada no Rio de Janeiro em 11 de abril de 2011.

GORDON, G.; LUOMA, A. Petroleo y gas: la riqueza ilusória debajo de sus pies. In: SCHULTZ, J.; DRAPER, M. C. (Eds.). **Desafiando la Globalización** – Historias de la experiencia boliviana. La Paz: Plural, 2008, p. 87-129.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

JOBIM, N. F. Novo presidente da Bolívia “daria a vida pela nacionalização dos recursos naturais”. **Vida Global**, Rio de Janeiro, 21 de março de 2006. Disponível em: <<http://nelsonfrancojobim.blogspot.com/2006/03/novo-presidente-da-bolivia-daria-vida.html>>. Acesso em: 17 jun 2011.

KOHL, B.; FARTHING, L. **El Bumerán Boliviano** – Hegemonía Liberal y Resistencia Social. La Paz: Plural, 2007.

LAMPREIA, L. F. O gás da Bolívia – Que futuro? **O Estado de S. Paulo**, 14 de maio de 2006.

LEITE, A. D. **A Energia no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LEO, S. Legislação da Bolívia pode afetar Petrobrás . **Valor Econômico**, 7 de janeiro de 2005.

LIMA, K. País pode não investir na Bolívia. **O Estado de S. Paulo**, 31 de março de 2005.

MAGNOLI, D. Lula e o fracasso da Doutrina Garcia. **O Globo**, 31 de janeiro de 2013.

PETROBRÁS . **Contratos Petrobrás** – YPFB, apresentação em *datashow*, 31 de outubro de 2006.

SAUER, I. Energia Elétrica no Brasil Contemporâneo: A Reestruturação do Setor, Questões e Alternativas. In: BRANCO, A. M. (Org.). **Política Energética e Crise de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 117-226.

SILVA, P. M. da C. **Entrevista** concedida por e-mail em 12 de maio de 2011.

SOARES, P. Presidente da Petrobrás diz que ato pode levar a “situação dramática”, **Folha de S.Paulo**, 2 de maio de 2006.

VILLEGAS, C. **Privatización de la Industria Petrolera em Bolivia**: trayectoria y efectos tributarios. La Paz: CIDES-UMSA, Plural, 2004.

WEISBROT, M.; RAY, R.; JOHNSTON, J. **Bolivia**: the economy during the Morales administration. Washington: Center for Economic and Policy Research, 2009. Disponível em: <<http://www.cepr.net/documents/publications/bolivia-2009-12.pdf>>. Acesso em: 17 jun 2011.